

## Geraldino Brites e as questões de ensino (1926-1934)

### Geraldino Brites and education issues (1926-1934)

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA<sup>1</sup>

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC-UC)

Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC)

carolinahenriques94@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7313-2560>

Texto recebido em/Text submitted on: 16/01/2019

Texto aprovado em/Text approved on: 14/05/2019

#### *Resumo*

Geraldino da Silva Baltazar Brites (1882-1941) – médico e professor universitário português que se destacou nas áreas científicas da Histologia e da Embriologia – foi um republicano fervoroso e um defensor dos ideais de igualdade e de laicidade da ordem social e dos costumes, combatendo por uma Universidade livre das grilhetas do conservadorismo e do marasmo intelectual. Frequentador de círculos republicanos e colaborador assíduo em revistas e jornais com fortes conotações anarco-sindicalistas e antifascistas, este cientista português viveu sob o signo da modernidade contrariando, através dos princípios da liberdade e da tolerância, todas as formas de opressão. A sua absoluta rejeição da adoção do

ensino religioso pelas escolas, compreendendo que este se devia confinar a espaços privados ou a locais estritamente apropriados colocou-o, em 1926, no centro de uma disputa cultural e religiosa com Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo íntimo de Salazar e futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa. Exploram-se, neste artigo, não só as suas diferentes convicções e fundamentações acerca do ensino como, em simultâneo, se pretende dar a conhecer uma figura republicana que permanece esquecida.

*Palavras-Chave:* Geraldino Brites; questões de ensino; Universidade de Coimbra; Manuel Gonçalves Cerejeira; (anti) clericalismo.

---

<sup>1</sup> Texto realizado no âmbito da unidade curricular *Novas Perspetivas em História Contemporânea II* do Doutoramento em História, lecionada pelo Prof. Doutor Rui Bebiano, a quem agradecemos algumas sugestões.

*Abstract*

Geraldino da Silva Baltazar Brites (1882-1941) – a Portuguese physician and university professor renowned for his work in the scientific fields of Histology and Embryology – was an ardent Republican who defended the ideals of equality and secularism in the social order and customs, fighting for a University that was free from the shackles of conservative thinking and intellectual stagnation. This Portuguese scientist moved among Republican circles and published regularly in anarcho-syndicalist, anti-fascist magazines and newspapers, living under the ideal of modernity and scientific theories, using the principles of liberty and tolerance, and contradicting all forms of oppression. His absolute rejection of the idea of

schools adopting religious education, believing that it should be confined to the private sphere or to strictly appropriate locations placed him, in 1926, in the centre of a cultural and religious conflict with Manuel Gonçalves Cerejeira, a close friend of Salazar and the future Patriarch of Lisbon. This article explores not only their different convictions and reasoning about education but at the same time also aims to bring to light a Republican figure who remains forgotten.

*Keywords:* Geraldino Brites; education issues; University of Coimbra; Manuel Gonçalves Cerejeira; (anti)clericalism.

## Introdução

O artigo que aqui se propõe tem como objetivo analisar um debate ocorrido na Primeira República Portuguesa (1910-1926), a propósito do ensino universitário e da incorporação ou não do ensino religioso nas escolas portuguesas. Estes temas foram profusamente comentados em diversos escritos pelo Professor Doutor Geraldino Brites (daqui em diante apenas designado por Geraldino Brites), médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. As suas fortes convicções republicanas levaram-no a um confronto cultural e religioso (mas também político-ideológico) com Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo íntimo de António de Oliveira Salazar e futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa.

O esquecimento a que Geraldino Brites foi votado muito teve que ver com o seu ideário político, tendo sido, na sequência das suas tomadas de posição públicas, marginalizado pelas elites do regime e considerado *persona non grata* pelo Estado Novo. Deste modo, pouco se escreveu a propósito desta figura republicana, no entanto, é importante recordar dois trabalhos. O texto “Geraldino Brites” da autoria de Fernando de Almeida Ribeiro, publicado na revista Coimbra Médica (vol. VIII, n.º 9) em novembro de 1941 e o artigo de Fanny Andrée Font Xavier da Cunha intitulado “Geraldino Brites (1882-1942) – biobibliografia”, publicado pelo Museu Nacional da Ciência e da Técnica (Coimbra), em 1977. A tese de doutoramento de Ângela Salgueiro – *Ciência e Universidade na I República* (2015) – é também uma referência, na medida em que, enquadra Geraldino Brites num leque mais alargado de intelectuais insatisfeitos com o estado da ciência em Portugal.

Ao longo do texto apresentamos diversas obras e artigos de contextualização do percurso de vida e académico do autor bem como as que nos permitiram identificar as ideologias em confronto no seu tempo.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira parte apresentamos uma breve resenha biográfica de Geraldino Brites; na segunda fase expomos as suas convicções pedagógicas e ideológicas relativamente ao ensino nacional. Na terceira, traçamos aspetos essenciais de uma disputa acerca do ensino religioso, ocorrida em 1926, que o colocou em confronto com Gonçalves Cerejeira.

O texto foi construído com base em informação manuscrita existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo da Universidade de Coimbra, no Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (onde se encontra depositado o *Diário* do Prof. Doutor Geraldino Brites) e no Palácio Maçónico de Lisboa, cruzada com a disponível em fontes impressas (jornais, separatas e textos diversos da autoria do bio-

grafado). A narrativa é suportada numa metodologia de natureza qualitativa procurando-se uma compreensão histórica num diálogo entre os indivíduos e o seu tempo.

### 1. Geraldino Brites – o homem e as suas lutas

Geraldino da Silva Baltazar Brites – reputado anatomopatologista e histologista – nasceu no Porto (Paranhos), a 25 de julho de 1882. Filho primogénito de Joaquim da Silva Baltazar Brites, natural de Ermesinde, e de Emília Maria de Sousa Brites, natural do Rio de Janeiro. É no norte do país que inicia os seus estudos, embora os venha a concluir em Coimbra (primeiro como aluno do Liceu Central, a partir de 1897, e mais tarde, em 1899, no Colégio Mondego)<sup>2</sup>. A 9 de junho de 1900 (Ano Letivo 1899-1900), matricula-se como aluno obrigado de Filosofia na Universidade de Coimbra<sup>3</sup> e, terminados os estudos preparatórios, inicia o curso médico na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1902)<sup>4</sup>.

Ao longo do seu percurso académico, o seu empenho constante e a sua competência valeram-lhe vários elogios por parte de colegas e de professores. Elogios esses que cresceram à medida que Geraldino Brites ia expondo e publicando os seus trabalhos e a sua investigação. Logo em 1902 é congratulado com o Prémio Barão Castelo de Paiva na cadeira de Anatomia pelo seu trabalho “artérias e veias da cabeça” (voltaria a receber este prémio noutras duas ocasiões, em 1904, na cadeira de Anatomia Patológica e em 1905, na cadeira de Clínica Cirúrgica)<sup>5</sup>. No fim do seu segundo ano médico, a 31 de agosto de 1904, casa com Maria do Carmo do Nascimento, também conhecida por Maria Júlia Rodrigues – filha ilegítima do médico, deputado e senador republicano Sebastião Peres Rodrigues (1859-1944) – na igreja de Santo António dos

---

<sup>2</sup> Fanny André Font Xavier da Cunha, “Geraldino Brites (1882-1941) – Biobibliografia”, *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, 1977, p. 86.

<sup>3</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra), Matrícula da Universidade (1899-1900), Livro 122, fl. 272 v.

<sup>4</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra), primeira cadeira Anatomia Descritiva, Matrícula I, fl. 5. Neste período, as matrículas eram realizadas por cadeiras, sendo esta, para o caso do curso de Medicina, a primeira cadeira na qual os alunos se matriculavam. Geraldino Brites foi admitido à matrícula de Anatomia Descritiva (1.º ano, 1.º cadeira) a 6 de outubro de 1902.

<sup>5</sup> Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Instituto de Histologia e Embriologia, Apontamentos Clínicos II [Diário do Prof. Doutor Geraldino Brites, continuado pelo seu filho Dr. Luís Brites e com alguns apontamentos da sua neta, Dra. Maria Luís Roldão Brites], p. 3-4.

Olivais, em Coimbra<sup>6</sup>. Publica no ano seguinte o seu primeiro trabalho científico. A ocasião é digna de celebração e de nota no seu diário: “15 de agosto [1905] – Publicação do 1.º trabalho: Exaltação de virulência do estreptococo. Movimento Médico. 5.º ano. N.º 16”<sup>7</sup>. Este artigo marca o início de uma imensa publicação. A sua vocação de investigador e a sua tenacidade levaram-no a publicar ao longo da sua carreira mais de duzentos artigos científicos, alguns livros e a proferir dezenas de conferências. A 4 de novembro de 1907 conclui as suas provas de formatura em Medicina e torna-se Bacharel com a classificação final de 17 valores<sup>8</sup>.

Na impossibilidade de continuar a lecionar na Universidade de Coimbra é obrigado a abandonar a investigação e o laboratório – que apesar de tudo nunca descurou por completo<sup>9</sup> – seguindo para Loulé para exercer a função de médico municipal, em novembro de 1908. Mas logo nos primeiros meses de 1910 cessa funções e retorna a Coimbra para o lugar de naturalista adjunto do Museu Zoológico da Universidade. Nas suas palavras, aí dedicou-se “à prática de Anatomia e Histologia comparadas”, para o que organizou um laboratório, reunindo o material disperso pelo estabelecimento, dentro da orientação que foi definida no artigo “*O ensino da Histologia na Faculdade de Filosofia (1910)*”<sup>10</sup>. Neste período, o museu era dependente da cadeira de Zoologia da Faculdade de Filosofia Natural, extinta em 1911<sup>11</sup> na sequência da reforma do ensino superior pelo primeiro governo da recém-instaurada República Portuguesa. Em 1911,

---

<sup>6</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra), Registos de Casamento, Paróquia de Santo António dos Olivais, registo n.º 33 (31 de agosto de 1904).

<sup>7</sup> FMUC, Apontamentos Clínicos II [Diário do Prof. Doutor Geraldino Brites]..., cit., p. 4.

<sup>8</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra), Medicina, Graus I, Livro 24 (1907-1908), fl. 9.

<sup>9</sup> O facto de se encontrar a exercer medicina não lhe deixava tempo para a investigação. No entanto, desta atividade resultaram dois artigos: um de 1909 intitulado “Icterícia Catarral” (*A Medicina Moderna*, Vol. VI, n.º 191) e outro de 1910, “O valor clínico da reacção de Volovsky” (*Movimento Médico*, 6.º ano, n.º 2). Geraldino viria a publicar, alguns anos volvidos, outros trabalhos científicos com recurso a materiais que havia coligido aquando da sua estada em Loulé – “Febres infecciosas, notas sobre o conelho de Loulé” (*Hist. Mem. da Academia de Ciência de Lisboa*, 7.º ano, n.º 2, 1915) e “Clima do Algarve: o Inverno” (*Revista da Universidade de Coimbra*, 4.º ano, n.º 1, 1915).

<sup>10</sup> Maximino Correia, “Professor Doutor Geraldino da Silva Baltazar Brites. In Memoriam”, *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigenis*, XVI, n. 16 (1941), p. 4.

<sup>11</sup> Décio Ruivo Martins, “A Faculdade de Filosofia Natural (1772-1911)”, em *História da ciência na Universidade de Coimbra: 1772-1933*, por Carlos Fiolhais, Carlota Simões e Décio Martins, 1.ª ed., Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 112-13. Com a extinção das Faculdades de Filosofia e de Matemática deu-se a criação da Faculdade de Ciências.

realiza um estágio em Madrid com vista ao seu “aperfeiçoamento técnico”<sup>12</sup> no laboratório do histologista Ramón y Cajal, um dos melhores investigadores desta especialidade à época.



Figura 1: Geraldino Brites em 1929. Fotografia pertencente ao espólio da Dra. Maria Luís Brites, neta de Geraldino Brites

Geraldino Brites ocupou vários cargos ao longo da sua carreira, no entanto, neste artigo apenas se enunciam aqueles que se consideram imprescindíveis para uma melhor compreensão da figura em questão. Importa destacar, sobretudo, os lugares que ocupou na Universidade e nos principais serviços médicos do país. Assim, dois anos após a implantação da República, é nomeado 1.º assistente provisório da 2ª classe de Histologia e Fisiologia da Faculdade de Medicina<sup>13</sup>,

---

<sup>12</sup> Maximino Correia, “Professor Doutor Geraldino da Silva Baltazar Brites. In Memoriam”..., cit., p. 4.

<sup>13</sup> Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), Coimbra, Revista da Universidade de Coimbra, Vol. 1 (1912), p. 204.

regressando deste modo às salas de aula e ao laboratório de investigação – a sua verdadeira vocação. Contudo, cessará funções nos finais de julho de 1913<sup>14</sup>. Ainda neste ano, deixará as funções de naturalista adjunto do Museu Zoológico da Universidade na sequência da lei dos interinos e dos adidos. Assume, no entanto, um último cargo antes de partir para Lisboa: o de médico alienista do Conselho Médico Legal de Coimbra. Encerra desta forma a sua primeira fase de atividade na *Lusa Atenas*.

Uma vez em Lisboa, ingressa no quadro técnico da Faculdade de Medicina de Lisboa e assume funções como chefe do Laboratório da cadeira de Terapêutica Cirúrgica. Todavia, um dos grandes feitos da sua carreira médica – ainda que não tenha anotado nada a este propósito no seu diário – foi o facto de ser um dos peritos presentes na autópsia ao cadáver do Presidente da República Sidónio Pais, assassinado na estação do Rossio (Lisboa) a 14 de dezembro de 1918. A autópsia realizou-se nos Jerónimos, em Belém, a 17 de janeiro do ano seguinte<sup>15</sup>. A sua função principal era a de determinar os aspetos forenses da morte, exercício que se coadunava com o cargo que ocupava desde 1918 – chefe do serviço de Tanatologia do Instituto de Medicina Legal de Lisboa – e do qual concluirá funções em 1922, retornando de seguida e em definitivo a Coimbra. Nomeado nesse ano professor ordinário de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Coimbra constrói daí em diante uma brilhante carreira académica quer como professor quer como investigador e cientista. Atinge o topo da carreira universitária em outubro de 1926, quando passa à categoria de Professor Catedrático convidado e ocupa, oficialmente, o cargo de diretor do Instituto de Histologia e Embriologia da mesma faculdade (continuando o trabalho iniciado pelo Prof. Doutor Augusto Costa Simões)<sup>16</sup>. É ainda neste ano que funda, em conjunto com os Profs. Doutores Maximino Correia e Basílio Freire, a revista científica *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*.

O ano de 1926 é particularmente profícuo no que toca a intervenções públicas, nomeadamente através de publicações regulares no jornal anarco-

---

<sup>14</sup> BGUC, Coimbra, Revista da Universidade de Coimbra, Vol. 2 (1913), p. 471. Foi substituído pelo assistente efetivo o Bacharel João Duarte de Oliveira.

<sup>15</sup> Centro de Documentação da Polícia Judiciária de Lisboa, Fundo Varatojo, Asdrúbal António D'Aguiar, “Exames periciais no cadaver do Presidente da República Dr. Sidonio Paes, no vestuario e na arma agressora”, *Separata dos Archivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa*, B, V (1921), p. 29-43. Do facto dá, no entanto, conta no opúsculo: “Analisando o relatório: *Exames periciaes no cadaver do Presidente da República Dr. Sidonio Paes, no vestuario e na arma agressora*, por Asdrúbal António D'Aguiar”, Faro, Tipografia Regional Editora Lda., 1922.

<sup>16</sup> Contudo, já tinha sido nomeado diretor do IHE da Faculdade de Medicina em 1922, tal como refere Ângela Salgueiro na sua tese de doutoramento – (Garcia Salgueiro, 2015, p. 145-146).

-sindicalista *A Batalha*. O seu espírito libertário e progressista tornaram-no num alvo da Polícia de Informações da Ditadura Militar e, mais tarde, da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) durante o Estado Novo salazarista. Em 1927, relata no seu diário o acontecimento da sua detenção: “de 3 a 9 de Outubro sou preso sob a acusação de conspirar contra a ditadura militar, tendo estado preso na Penitenciária de Lisboa, no pavilhão-enfermaria”<sup>17</sup>. É neste ambiente de oposição e de contestação às políticas do regime vigente que estala uma polémica de carácter religioso-cultural entre Geraldino Brites e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, amigo íntimo de António de Oliveira Salazar e futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa. Luís Salgado Matos refere que a vida pública de Gonçalves Cerejeira se dividiu em dois grandes períodos, desiguais entre si no que concerne à sua duração e ao seu significado: numa fase inicial, o de “intelectual de combate” (expressão de A. L. Sousa Franco) e, numa fase posterior, o de bispo<sup>18</sup>. Pode-se considerar que o mesmo se tenha passado com a vida pública de Geraldino Brites, embora com uma diferença fundamental: neste caso, estes dois campos – o do trabalho (médico, investigador, cientista, professor universitário) e o de interventor público – nunca se dissociaram, definindo o perfil e compondo a identidade desta figura republicana votada ao esquecimento (fruto, sobretudo, das suas fortes convicções políticas).

---

<sup>17</sup> FMUC, Apontamentos Clínicos II [Diário do Prof. Doutor Geraldino Brites]..., cit., p. 23. No cadastro da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado encontram-se as seguintes informações: “em 5 de Outubro de 1927 foi preso por conspirar contra a Situação. Em 9 de Outubro de 1927 foi restituído à liberdade. Informação da P.I. de Coimbra em 8 de Outubro de 1927 – o epígrafa tem escrito vários artigos no jornal “A Batalha” contra a Situação”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo da PIDE/DGS, cadastro n.º 962. O cadastro político n.º 51 acrescenta que Geraldino mantinha ligações revolucionárias com alguns elementos avessos ao regime e refere ainda que em 1934 – erroneamente pois a conferência foi apresentada a 31 de março de 1933, na sede da Associação dos Artistas (Coimbra) – presidindo a umas conferências de Tomás da Fonseca (1877-1968) sobre D. Nuno Álvares Pereira se aproveitou para atacar o regime político e, por isso, as conferências tiveram que ser proibidas. ANTT, Lisboa, Arquivo da PIDE/DGS, Processo n.º 13.769 da PIDE, cadastro n.º 51. Para mais informações em relação a este caso ver Luís Filipe Rodrigues dos Reis Torgal, *Tomás da Fonseca (1877-1968). Educador do povo* Coimbra, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, 2015, p.151–63. Nesta tese de Doutoramento explora-se, de igual modo, a defensiva do seu amigo Geraldino Brites que, numa carta dirigida a Belisário Pimenta, comenta o caso desta forma: «(...) a rede armada à sua volta tem sido tecida com tal arte que creio bem que ele tem de calar-se. É triste, mas a verdade é que eles [referindo-se às fações católicas apoiantes e dirigentes do regime] mandam», p. 163.

<sup>18</sup> Luís Salgado de Matos, “Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico”, *Análise Social* XXXVI (2001), p. 803.



O primeiro era monárquico, conservador, católico e *cadquista*<sup>19</sup>. O segundo era republicano, progressista, anticlerical e secularista<sup>20</sup>. O contraste radical de ideais políticos, sociais, culturais e religiosos dariam origem a uma disputa (anti)clerical, praticamente desconhecida, que se explorará adiante.

O seu amor pelo ensino e pelo progresso científico levaram-no a desenhar mais de cem quadros murais<sup>21</sup>, – preservados pelo Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra – autênticos auxiliares de ensino e documentos imprescindíveis para a melhor formação dos estudantes médicos de Coimbra ao longo das décadas de 1920 a 1940. Republicano até ao fim e convicto de que tudo havia feito para o progresso científico e intelectual da sociedade portuguesa faleceu em Lisboa a 23 de agosto de 1941, com 59 anos, sendo sepultado no cemitério do Alto de São João.

---

<sup>19</sup> Para um maior aprofundamento ver Joana Brites, “Construir a História: a sede do CADC de Coimbra”, *Lusitania Sacra*, 2ª, n. 19-20 (2007-2008), p. 121-30. Nas palavras desta autora, «(...) o CADC traduz, à semelhança do ocorrido em outros sectores, a necessidade de modernizar as estruturas de reflexão e actuação dos católicos, bem como a urgência em intervir, de forma eficaz, em ‘nichos’ – o universitário, neste caso – disputados por correntes ideológicas e políticas portadoras de uma mensagem anticlerical e anti-religiosa» (p. 124), como era o caso do Centro Republicano Académico que se havia reorganizado em 1925 precisamente no momento em que a Primeira República começa a entrar em agonia. O passo seguinte seria o 28 de maio de 1926 e a instauração da Ditadura Militar (1926-1933).

<sup>20</sup> Geraldino Brites frequentava o Centro Republicano Académico de Coimbra, lugar de excelência dos estudantes republicanos e que possuía fortes ligações à loja maçónica “A Revolta”. Todavia, e segundo as listagens publicadas pelo periódico *Gente Nova*, órgão do CRA, Geraldino nunca terá sido sócio do Centro (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, Publicações Periódicas, *Gente Nova*, abril de 1927 (n.º 1) a abril de 1928 (n.º 16)). Ao mesmo tempo, e apesar de algumas dúvidas que subsistiam, também não se iniciou na Maçonaria (informação cedida pelo Palácio Maçónico de Lisboa, após consulta interna nos Livros de Registo do Grande Oriente Lusitano Unido). No entanto, e embora não pertencesse nem ao CRA nem a qualquer loja maçónica, este cientista era frequentador assíduo destes círculos chegando mesmo a colaborar com o Centro Republicano em alguns dos seus eventos. Concede ao órgão republicano *Gente Nova* (31 de janeiro de 1928, fl. 1) breves palavras a propósito das comemorações da revolta de 31 de janeiro de 1891, a pedido dos estudantes do Centro. Apoiou aliás – como professor – as lutas estudantis durante a Ditadura Militar como se pode verificar na obra de Cristina Isabel Ferreira Azeredo Faria, *As lutas estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 130-31.

<sup>21</sup> Estes quadros murais foram expostos em janeiro de 1927, em Coimbra e foi realizado um catálogo que desconhecemos: Geraldino Brites, *Exposição de quadros murais de Histologia e Embriologia*, Catálogo, Coimbra, janeiro de 1927.

## 2. Em defesa dos valores republicanos: o problema pedagógico e a luta contra o espírito “fradesco” nas universidades

A investigação científica e a atividade professoral subtraíam grande parte do seu tempo, porém, sempre que sentia necessidade de intervir publicamente, nomeadamente em assuntos relacionados com o ensino, saía em defesa do progresso científico e dos valores republicanos que perfilhava – laicização do poder político e anticlericalismo. Nas palavras de Vítor Neto, “os intelectuais avançados, dispondo de uma concepção do mundo agnóstica, ou ateia, identificavam-se com o laicismo” e, por isso, o seu anticlericalismo apoiava-se “no dogma do individualismo e adería a grandes princípios como a liberdade de pensamento, a separação do religioso e do profano, a independência absoluta do Estado em relação às igrejas (...)”<sup>22</sup>. Geraldino Brites pertencia a uma elite intelectual progressista e enquanto republicano racionalista – era já republicano quando se deu em Coimbra a greve académica de 1907<sup>23</sup> – via na lei de separação da Igreja e do Estado (20 de abril de 1911) o vértice do secularismo.

O ideário republicano norteou toda a sua vida sociopolítica, sendo considerado pela polícia política “reviralista de categoria, pessoa com rancor ao Estado Novo”<sup>24</sup>. Apesar das circunstâncias, o tema central das intervenções públicas de Geraldino Brites foi o ensino e, em particular, o ensino superior. Defendia um ensino baseado na observação e na experimentação médica, rejeitando o espírito “fradesco” e tradicionalista que predominava na Universidade havia séculos. Os professores tinham o dever de criar condições – pela supressão dos compêndios e pelo incentivo à investigação científica – para que os alunos

---

<sup>22</sup> Vítor Neto, “A questão religiosa na Primeira República portuguesa”, em Alda Mourão e Ângela de Castro Gomes (ed.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 139-140.

<sup>23</sup> A greve académica de 1907 tivera origem a 28 de fevereiro desse ano aquando da reprovação de um candidato ao grau de doutor em Direito, José Eugénio Dias Ferreira, estudante maçom e republicano. Os ânimos exaltados da Academia já se faziam sentir dois meses antes deste episódio. Todavia, seria este a desencadear a ira dos estudantes de Coimbra que rapidamente atacaram as bases do ensino superior e se insurgiram contra o ensino “fradesco”, o conservadorismo e atacaram os lentes e a Universidade considerando-a uma instituição inquisitorial e àqueles espíritos dogmáticos e jesuíticos. Para um maior aprofundamento ver Maria Neves Leal Gonçalves, “A greve académica de 1907. Suas repercussões políticas e educacionais”, *Revista Lusófona de Educação*, n. 9 (2007), p. 61-71. Um dos estudantes que participou da greve académica, Campos Lima, recordou a agitação constante que se vivia nas ruas da cidade através dos apelos da população estudantil “Queremos cursos livres e uma Universidade Nova” e “Viva o Dr. Eugénio!”, o estudante que havia sido reprovado injustificadamente, Campos Lima, *A questão da Universidade (depoimento d’um estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907, p. 97.

<sup>24</sup> ANTT, Lisboa, Arquivo da PIDE/DGS, cópia n.º 13765 de 15 de março de 1939.

deixassem de ver o ensino universitário como meio de garantir um diploma e passassem a apreciá-lo como forma de atingir conhecimento e formação, elementos essenciais à profissionalização. Atente-se às seguintes palavras de Geraldino Brites:

“(...) há ainda nos nossos cursos superiores um servilismo mental, em que há não só incapacidade e preguiça de pensar, mas também, e sobretudo, um mixto de medo e de bajulação nado e criado nos cursos liceais, profundamente repugnante para o professor que conhece a sua missão, e que urge fazer desaparecer, se quisermos progredir. O professor ensinando aprende (...). Eterno aprendiz, o verdadeiro Mestre, que tem em si mesmo o mais severo crítico da sua obra, aprecia a crítica, sabe que só critica o que crítica merece, e, se ela parte de um aluno, vê nela o fruto dos seus ensinamentos, e como tal, motivo de regosijo”<sup>25</sup>.

O ensino médico devia ser feito nos laboratórios e nos hospitais e não podia ser substituído por sebatas, nem por fotografias ou pinturas. Na senda da recusa do compêndio encontrava-se ainda o pior vício da educação universitária: o exame. Segundo Geraldino “o aluno não procura a verdadeira sabedoria, a que advem da observação e da experimentação, servidas por uma crítica sã e pelo raciocínio” antes procurava “a memorização de noções que lhe garantam o êxito no exame final”. E termina dizendo: “suprima-se o exame e a educação médica será mais perfeita”<sup>26</sup>.

Ainda a propósito do ensino nas Faculdades de Medicina, publica três artigos na *Seara Nova*. Em setembro de 1928, “cursos livres nas Faculdades de Medicina”, em agosto de 1932, “exames!...exames!...” e, por fim, em setembro de 1932, “selecção necessária”. Considerava as Faculdades de Medicina escolas profissionais e, por isso, defendia um ensino demonstrativo, experimental e prático. E para isso o professor não podia atraiçoar a sua missão e subjugar a lecionação ao compêndio ancorando-se no regime obrigatório de frequência letiva. Porque “adotar um compêndio como repositório exclusivo do que o aluno deve saber, é convidá-lo a faltar às aulas”<sup>27</sup> quando o objetivo do ensino superior não era o de fornecer lições magistrais, mas antes transmitir conhecimentos

---

<sup>25</sup> Geraldino Brites, “A orientação do estudo do aluno médico: o que deve ser e o que é”, Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, Coimbra Editora, 1932, p. 22.

<sup>26</sup> Geraldino Brites, “A orientação do estudo do aluno médico: o que deve ser e o que é”..., cit., p. 35.

<sup>27</sup> Geraldino Brites, “Cursos livres nas Faculdades de Medicina”, *Seara Nova*, n.º 130, 27 de setembro de 1928, p. 183.

com espírito crítico. E para que tal se concretizasse, Geraldino Brites defendia a existência de cursos livres – em detrimento da obrigatoriedade – elevando-se, deste modo, o valor pedagógico. No entanto, e como se disse anteriormente, o principal alvo destes textos era o malfadado exame visto como “inútil” e “prejudicial”<sup>28</sup> nestas faculdades. Ao mesmo tempo, os alunos que se quisessem matricular em Medicina deviam ser sujeitos a uma seleção prévia, que este considerava “necessária”, pois nem todos os candidatos teriam capacidade nem condições para obter o diploma de forma a garantir o exercício regular da profissão. Estes, segundo Geraldino Brites, “nunca chegarão a ser médicos sofríveis”<sup>29</sup>. A revista *Seara Nova* teve como objetivo “congregar em torno do seu discurso as elites intelectuais de esquerda na oposição ao autoritarismo e nacionalismo corporativo” e assumia-se como “a sede de um grupo de elites iluminadas pela razão, a quem competia fazer luz nas consciências dos que ainda não tinham deixado de viver sob o domínio das trevas”<sup>30</sup>.

Todavia, as críticas ao sistema de ensino eram dirigidas em primeiro lugar à instituição universitária. No artigo “A Universidade de Coimbra e o seu meio” (1933) declarava que esta não acompanhava o ritmo progressivo e de vanguarda exigíveis para um instituto de “alta cultura mental e profissional” e, por isso, possuía um atraso cultural de meio século quando comparada a outras Universidades europeias e americanas vivendo por isso num autêntico marasmo intelectual. Nas suas palavras:

“A Universidade portuguesa tem, com efeito, fugido do povo ensimesmando-se no seu prestígio que só tem valia no acanhadíssimo meio em que vegeta... rainha em terra de cegos (...) A missão das universidades não é criar uma casta dominadora do povo inconsciente e submisso, azorrague forte e impiedoso sôbre um dorso maleável e resignado. Não. A Universidade deve ser de todos e para todos. De todos, desde a figura da mais elevada cotação até à mais humilde unidade activa do meio social, porque não pode dispensar a colaboração de ninguém, apoio moral, cooperação mental, assistência financeira, considerados na sua máxima amplitude. Para todos, porque não deve monopolizar ciência e tanta aquela que assimila, como aquela que cria, devem ser difundidas em tôdas as camadas sociais, proporcionando-a à capacidade de absorção de cada

---

<sup>28</sup> Geraldino Brites, “Exames!...Exames!...”, *Seara Nova*, n.º 313, 25 de agosto de 1932, p. 3.

<sup>29</sup> Geraldino Brites, “Seleção necessária”, *Seara Nova*, n.º 317, 22 de setembro de 1932, p. 69.

<sup>30</sup> António Rafael Amaro, “A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939)”, *Revista de História das Ideias, Do Estado Novo ao 25 de Abril*, n. 17 (1995), p. 405 e p. 413-14.

uma delas. A Universidade deve ser para o seu meio o mais activo dos agentes de cultura”<sup>31</sup>.

Para além do isolamento em que se encontravam as Universidades portuguesas existiam outros problemas: inexistência de recursos financeiros, falta de pessoal, ausência de equipamentos e de espaços adequados ao ensino e dificuldades de adaptação e de mudança<sup>32</sup>, que dificultavam o trabalho do professor e do aluno. Contudo, foi a necessidade imperiosa de aproximar as universidades dos seus meios, de forma a eliminar a “situação de recíproco desinteresse”<sup>33</sup> que existia entre os homens da ciência e a população, que levou à criação das Universidades Livres ou Universidades Populares de Lisboa e do Porto<sup>34</sup>. Importa, porém, focar aqui a ação da Universidade Livre de Coimbra (1925-1933). A formação destas universidades “obedeceu ao estratégico desiderato de efectiva instrução pública complementar, gratuita, voluntária e demopédica (...)”<sup>35</sup> visando, no fundo, instruir o povo e aproximar o intelectual do proletário. Nas palavras de Paulo Archer, a Universidade Livre de Coimbra funcionava como “(...) fórum interclassista de promoção da cultura no seio operário e popular norteada pelo combate aos fanatismos e dogmatismos”<sup>36</sup>. Esta aproximação conseguia-se através da organização de palestras e de sessões públicas dos mais variados temas e que tiveram como palestrantes desde intelectuais a operários. Geraldino Brites também colaborou neste projeto: proferiu uma conferência

---

<sup>31</sup> Geraldino Brites, “A Universidade de Coimbra e o seu meio”, *O Instituto*, 88, n. 1 (1933), p. 79-80.

<sup>32</sup> Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), Coimbra, Publicações Periódicas, *A Voz da Justiça* (9 de setembro de 1933), fl. 1-2. No ano seguinte, Geraldino publicou um pequeno opúsculo intitulado “Questões de Ensino” (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934) no qual transcreve na totalidade esta entrevista.

<sup>33</sup> Geraldino Brites, “A Universidade de Coimbra e o seu meio”..., cit., p. 82. No jornal *Folha d’Alte* de 20 de janeiro de 1926, Geraldino sai em defesa do ensino primário, considerando que o ensino devia ir mais longe do que *Ensinar a Ler e a Escrever*, pois tinha a obrigação moral de *Instruir*, FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, *Folha d’Alte*, n.º 92, 20/01/1926.

<sup>34</sup> Para um maior aprofundamento ver António Pedro Pita, “O Poder de Saber – Competências e Cultura nas Universidades Republicanas de Educação Popular”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28 (1989), p. 249-74.

<sup>35</sup> Aurélio Quintanilha, *A Universidade Livre de Coimbra. Discurso pronunciado na sua sessão inaugural*, ed. Paulo Archer de Carvalho, Edição Facsmile, Bragança, Lema d’Origem Editora, 2017, p. 9.

<sup>36</sup> Aurélio Quintanilha, *A Universidade Livre de Coimbra. Discurso pronunciado na sua sessão inaugural*, ed. Paulo Archer de Carvalho..., cit., p. 17.

dedicada a São Pedro de Moel – “Praias Portuguesas: S. Pedro de Muel” – a 16 de janeiro de 1929.

Este tinha uma grande estima por São Pedro de Moel (Leiria), sendo frequente a sua presença nessa região em períodos de veraneio onde, inclusive, possuía uma habitação. Eram convidados frequentes os seus amigos Drs. Antero de Seabra, célebre naturalista e entomologista, e Avelino Cunhal, advogado e antifascista, responsável pelo desenho do *ex-libris* de Geraldino. Ainda criança, o histórico do PCP Álvaro Cunhal, também era presença assídua.

As lutas que foi travando ao longo da vida tiveram sobretudo como linha orientadora as questões do ensino. Mas não só o ensino “fradesco”, conservador e classista. Criticou, de igual modo, as diversas tentativas de adoção do ensino religioso pelas escolas particulares por considerar que este era incompatível com a ordem e a moral republicanas. Será, portanto, na sequência de um conjunto de artigos de cariz anticlerical publicados no órgão anarco-sindicalista *A Batalha* que Geraldino Brites se viu envolto numa polémica cultural e religiosa (mas também político-ideológica) com Manuel Gonçalves Cerejeira.

### **3. Disputa com Manuel Gonçalves Cerejeira acerca do ensino religioso (1926): antecedentes e precedentes**

A 9 de agosto de 1925 Geraldino Brites publicou “Cristo-amor, Cristo-rancor” no jornal *A Batalha*. A tónica do texto incide sobre a crítica à pregação do “bom prior”, representação de Cristo na terra, socorrendo-se dos textos bíblicos para demonstrar como estes eram paradoxais. O “bom prior”, figura adorada e presente em todas as aldeias, era:

“A personificação da moral de Cristo e aos preceitos mais amorosos dos evangelhos ia buscar as normas para conduzir as almas do rebanho, que guiava, na vereda aspérrima da vida, sem cuidar de saber se a moral, que pregava tanto pelo exemplo, como pela palavra, era ou não original, se representava progresso, se retrocesso”<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “Cristo-amor, Cristo-rancor”, *A Batalha*, n.º 2367, 19/08/1925, coluna 1.



Figura 2: Piquenique em São Pedro de Moel (Leiria) em 1926. À esq. sentado Geraldino Brites e em pé o Dr. Avelino Cunhal. Ao centro estão duas crianças, sendo a primeira o jovem Álvaro Cunhal. Fonte: Espólio Fotográfico de Gabriel Roldão

E clamando o amor de Cristo entrava nos lares como mensageiro da paz e conciliador das discórdias familiares, sendo acolhido com deferência e respeito pela população. “Bom prior” e “bom pastor” era pai de todos e guia seguro e espiritual da sua comunidade, proclamando nas suas prédicas o amor de Cristo a cada instante. “O Cristo que sempre trazia no coração e nos lábios era o símbolo da bondade e do perdão, era o *Cristo-amor*”<sup>38</sup>. Mas os fiéis sucumbiam aterrorizados ao amor que apregoava do alto do seu púlpito. As penas infernais a que estavam sujeitos todos aqueles que não seguissem ou que esquecessem os sagrados preceitos evangélicos – anticristos, pedreiros-livres, heréticos e impostores – sujeitavam-se à temerosa penitência de forma a atingir a salvação da alma.

<sup>38</sup> Ver nota 37.

As passagens bíblicas utilizadas neste género de prédica atormentavam os fiéis ignorantes que curvavam as cabeças “para o chão, as lágrimas corriam, a angústia tomava todos os corações, os gritos abafados, os ais tornavam mais lúgubre o quadro (...) O Cristo que os missionários dêste género iam tirar aos livros santos era bem o símbolo da vingança e do ódio, era o *Cristo-rancor*”<sup>39</sup>. A preparação deste texto, bem como de todos os textos de cariz anticlerical que deu ao prelo, revela um enorme esforço de compreensão das fontes bíblicas e um impressionante sentido crítico. Mas Geraldino rematava dizendo que não possuía ódio a Cristo, apenas refletia sobre um aspeto de Cristo – *Cristo-rancor* – que podia ou não ser defendido ou impugnado. Este escrito inicial é marcado por um forte carácter teórico-filosófico e, por isso, não terá grande repercussão pública.

Todavia, os artigos seguintes gozarão de maior eco. Começa por atacar a intenção do ministro da Instrução Joaquim Mendes dos Remédios de admitir a possibilidade da adoção do ensino religioso nas escolas primárias particulares, declarando que o ensino religioso atrofiava e eliminava o sentido crítico das crianças e, por isso, os conceitos doutrinários ministrados pelos religiosos não eram compatíveis com o ensino laico. Nas suas palavras: “o Estado republicano não religioso, a quem incumbe a fiscalização das escolas particulares, não pode permitir esse ensino”<sup>40</sup>. Recorde-se que o republicanismo definiu um novo regime de liberdade de cultos no qual apenas autorizava a prática religiosa nos templos ou em edifícios estritamente ligados à esfera privada. Assim, “o catolicismo perdia a sua influência política, cultural e simbólica”<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Ver nota 37, coluna 2.

<sup>40</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “Um gesto nobre. Um lente da Universidade de Coimbra manifesta-se desassombadamente contra o ensino religioso nas escolas”, *A Batalha*, n.º 2311, 15/06/1926, coluna 2. Este artigo teve de imediato opositores. Um autor desconhecido transcreveu no jornal *O Mundo* do dia seguinte excertos do artigo de Geraldino discordando da sua tomada de posição. BGUC, Coimbra, Publicações Periódicas, *O Mundo*, n.º 8586 (16/06/1926), fl. 1, coluna 7.

<sup>41</sup> Vítor Neto, “A questão religiosa na Primeira República portuguesa”..., cit., p. 144. Para um maior aprofundamento da questão do ensino durante a I República veja-se a obra coordenada por Ernesto Castro Leal, ed., *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926)*. *Antologia*, Biblioteca Respublicana, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2014. O “histórico” programa republicano – Manifesto-Programa (1878) – refere, desde logo, no art.º 2: “Liberdade de ensino: pela independência da ciência da ortodoxia, pela extinção das diferenças dos diplomas de todo e qualquer país, não fazendo do exame um fim último (...)”, p. 45 da ob.cit. acima. Por sua vez, o Programa do Partido Republicano Radical Português (1911) refere o seguinte a propósito da Instrução: “Ensino primário obrigatório e gratuito. Sistema de ensino racional tendente a despertar nas crianças o espírito de observação e a energia da vontade. Exclusão absoluta de qualquer confissão religiosa nas escolas”, p. 141 da ob. cit. acima. No



De acordo com o legislado o ensino religioso público estava interdito. Mas para os republicanos como Geraldino Brites, o secularismo devia fazer-se sentir em todas as esferas quer fossem públicas ou privadas pois o Estado era neutro em matéria religiosa. Contudo, a sociedade portuguesa estava a sofrer alterações. Com a instauração da Ditadura Militar, em maio, o regime sofreu modificações substanciais levando Geraldino a afirmar que “(...) não podemos deixar de ver com desconfiança a participação neste governo, que se diz republicano, de personalidades altamente cotadas nos meios católico e monárquico, essa intenção [de adotar o ensino religioso nas escolas privadas] provoca desde já reparos e dá origem a resistências”<sup>42</sup>. Ele fez parte dos intelectuais resistentes deste período e, como tal, era uma *persona non grata*.

A publicação que desencadeou a atenção de Manuel Gonçalves Cerejeira circulou em Coimbra durante a procissão da Rainha Santa, de Santa Clara para Santa Cruz, a 8 de julho de 1926, por “iniciativa e a expensas de um grupo de homens livres”<sup>43</sup>. Sentindo-se atacado pelas posições anticlericais assumidas por Geraldino Brites e humilhado por o texto ter circulado nos festejos religiosos, Cerejeira vem a público criticar feroz e fortemente o primeiro (que nunca se tinha dirigido a este em particular), encetando deste modo uma acesa polémica acerca do ensino religioso. Neste texto Geraldino defendia a liberdade de reunião e do culto religioso nos templos – era anticlerical e não antirreligioso – mas referia que quando esta liberdade era forçada nas escolas se assumia como uma imposição:

“A liberdade do ensino religioso é intangível, mas não pode ter tal amplitude que prejudique a liberdade dos não religiosos. Ora fazer o ensino nas escolas primárias, se é liberdade ampla para as crianças cujos pais lhes impõem determinada doutrina religiosa, é um atentado contra a liberdade daquelas que

---

Capítulo II (Educação e Instrução) do programa do Partido Republicano Português (“Partido Democrático”) pode ler-se o seguinte: “Ensino laico no sentido rigoroso deste termo”, p. 208 da ob. cit. acima. No geral, os programas de governo republicanos mantiveram sempre esta linha de laicidade e da separação irrevogável do Estado e da Igreja. Contudo, partidos houve que quiseram estreitar as relações entre a Igreja e o Estado (caso do Partido Republicano Conservador, em 1919). Em oposição, e nesse mesmo ano, o manifesto programático do Partido Republicano Liberal clamava por um ensino laico, idóneo e sem classes (p. 411-412 da ob. cit. acima). Geraldino Brites situava-se neste campo, mais próximo do republicanismo liberal.

<sup>42</sup> Ver nota 40, coluna 1.

<sup>43</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “O ensino religioso – o que dêle pensa um lente da Universidade de Coimbra”, panfleto impresso e distribuído em Coimbra a 8 de julho de 1926. Este panfleto reproduz na totalidade um artigo de Geraldino Brites intitulado “Uma revoltante imposição de crença católica aos que não sejam católicos” que havia sido publicado no jornal *A Batalha*, n.º 2324, de 30 de junho de 1926.

têm a felicidade de não sofrerem essa cruel imposição e que circunstâncias várias podem obrigar a sentar-se lado a lado nos mesmos bancos escolares (...) não se combate a difusão das ideias religiosas por meio de violências. É pela educação. É convencendo-se os pais do erro criminoso que cometem impondo a seus filhos, desde a mais tenra idade, uma religião. É fazendo-lhes ver que o ensino religioso é incompatível com o ensino científico, que êle não é exclusivamente formalista mas que vinca fundamente a mentalidade das crianças, reduzindo a sua receptividade intelectual (...) Deixemos o Estado com a sua neutralidade e à propaganda religiosa opunhamos a nossa propaganda em sentido contrário pela educação racional”<sup>44</sup>.

Na sua ótica, a educação religiosa condicionava o pensamento crítico e a liberdade pois assentava em crenças e pressupostos que prejudicavam o uso da razão. No entanto, neste momento já não se insurgia unicamente contra o ensino religioso nas escolas primárias particulares. Na sequência da apresentação do programa revolucionário do General Manuel Gomes da Costa ao Conselho de Ministros este criticava também a adoção do ensino religioso nas escolas secundárias particulares e nas Universidades. Ao mesmo tempo, ironizava com as propostas de criação de estudos médicos religiosos a partir de trechos do padre jesuíta Pujola que propunha a concretização de um *Curso de Moral Médica* do qual seriam regentes professores de Medicina que além das suas aptidões médicas e científicas possuíssem conhecimentos de Teologia Moral. A isto reagiu Geraldino deste modo: “os alunos médicos (...) registrarão nos seus cadernos de apontamentos excertos e lições magistrais, bocadinhos de oiro como êstes: ensinado que nos animais superiores é necessário o concurso dos dois sexos para que da união resulte um novo ser. Há, todavia, uma excepção. É aquela que diz respeito a Maria Santissima que concebeu Jesus Cristo, Nosso Senhor, sem pecados, isto é, sem colaboração masculina. Admiremos os altos desígnios da Providencia divina!”<sup>45</sup>.

Gonçalves Cerejeira sentindo-se vexado retorquiu com um artigo publicado no órgão católico *Correio de Coimbra*, a 17 de julho desse ano. Todavia, as críticas que faz além de superficiais apresentam-se como um ataque direto ao autor do texto e não tanto às ideias que aquele professava e divulgava. Dirigindo-se a Geraldino refere:

“Lemo-lo, e, com dor, verificamos que tinham razão os que pensavam que aquilo era indigno duma pessoa inteligente – e não só pelas ideias que professa

---

<sup>44</sup> Ver nota 43, coluna 1.

<sup>45</sup> Ver nota 43, coluna 2.

(se naquela confusão de palavras e pensamentos se apura alguma ideia), mas principalmente pela inferioridade mental e moral que revela (...) Um lente da Universidade tem o direito de pensar tudo o que quiser – contanto que pense com logica, o que é o mesmo que dizer somente: contanto que pense (...) Dizem que é competente na sua especialidade. – Não é das suas mãos ou dos seus olhos que nos queixamos; é da sua inteligência, cultura e cordura, ou antes, da falta delas (e, se as tem, da paixão sectária, que o dementa). Fique o empírico eminente que é; mas não se meta a cavalarias para que lhe faltam pernas (...)”<sup>46</sup>.

Analisando os pontos apresentados neste artigo refere em tom de autoridade eclesiástica que aquele era “um triste documento da falta de elegância e nobreza moral” e que havia “em todo êle uma nota de odio frio e baixeza de sentimentos em relação ao Cristianismo, que nos é dolorosíssimo ter que reconhecer e denunciar”<sup>47</sup>. Denuncia a falta de lógica, a incoerência, a confusão de raciocínios, a ignorância daquilo que comenta e o manifesto desconhecimento da questão. O ponto em que logo o ataca é o do ensino religioso nas escolas, questão central. Segundo Cerejeira o programa revolucionário do General Gomes da Costa apenas prometia a liberdade do ensino religioso nas escolas particulares primárias e secundárias, nunca mencionando as escolas superiores<sup>48</sup>. Este sacerdote considerava que “o ensino religioso é o ensino que torna o homem mais completo, dando cabal satisfação a todas necessidades do seu espírito e do seu coração; aquele ensino que formou os maiores espíritos da nossa civilização e que eles reputam base necessária da educação: o qual este professor reputa *criminoso*, quando ministrado em tenra idade!”<sup>49</sup>. E acusava Geraldino Brites de pertencer à raça de ateus e de espíritos livres que escamoteavam os factos apenas para o que lhes convinha. A estas acusações reagiu Geraldino Brites num outro artigo – “A propósito de uma crítica” – de 24 de julho no jornal *A Batalha*.

---

<sup>46</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “O ensino religioso (crítica do que sobre ele pensa um lente)”, *Correio de Coimbra*, n.º 217, 17/07/1926, fl. 1, colunas 1-2.

<sup>47</sup> Ver nota 46, coluna 2.

<sup>48</sup> No entanto, Geraldino Brites tinha razão quando afirmava que a proposta da adoção do ensino religioso visava, de igual modo, as escolas superiores. Acusou Geraldino de falta de probidade, todavia, se se consultar o *Jornal de Notícias* de 15 de junho de 1926 é possível ler o seguinte: “Liberdade de ensino religioso nas escolas particulares (ministério da Instrução)... Liberdade do ensino religioso nas escolas primárias particulares... Liberdade de ensino religioso nas escolas secundárias particulares e superiores”, BGUC, Coimbra, Publicações Periódicas, *Jornal de Notícias*, “O Movimento militar – um sensacional documento aprovado no conselho de ministros e que traduz o programa de governo – outros informes” (14/06/1926), p. 4, coluna 2.

<sup>49</sup> Ver nota 46, fl. 4, coluna 2.

Geraldino tomou conhecimento desta crítica na sequência de uma minuta do semanário do Partido Republicano da Esquerda Democrática – *Vida Nova* (Rua da Sofia, 5-1.º, Coimbra). Nesta pode ler-se o seguinte: “Tendo chegado a esta redacção por permuta o semanário ‘Correio de Coimbra’ (...) e verificando esta redacção que V. Exa. é tão rudemente tratado, a ‘Vida Nova’ sentir-se-ia honrada se V. Exa. quizesse utilizar as suas columnas para castigar o procedimento insolito do semanário, neste districto, órgão da reacção”<sup>50</sup>. Em resposta a Gonçalves Cerejeira acusa-o de utilizar o *Correio de Coimbra* para levar a cabo uma propaganda religiosa indecorosa e de ter perdido a calma na sua resposta. Todavia, Geraldino admite que ao ler esta crítica não sentiu repulsa nem indignação pelos ataques meramente pessoais que lhe foram dirigidos, antes sentiu dó pela falta de elegância de espírito e de carência moral, uma vez que o artigo que publicou punha a tónica sobre o ensino religioso e não feria ninguém em particular. Acusa ainda Cerejeira de ter esquecido “(...) a honra do convento unicamente por causa da distribuição desse artigo em folhas soltas por Coimbra, reprodução que por mim não foi promovida, nem custeada e a que procurei pôr impedimentos, por considerar o assunto menos próprio para a ocasião”<sup>51</sup>. A propósito das acusações de que foi alvo escreve o seguinte:

“As acusações que envolvem pontos doutrinários serão refutadas uma por uma e assim da crítica, tão tendenciosamente feita por s. ex.<sup>a</sup>, resultará uma campanha, não contra o dr. Gonçalves Cerejeira, que generosamente esqueço, felicitando-me por não o conhecer pessoalmente, mas contra a propaganda religiosa. Abrangendo os vários pontos da sua crítica, trataremos, quando as colunas da *Batalha* nos fôrem dispensadas, de: Cristo-amor e Cristo-rancor. A obscenidade e os conceitos imorais nos escritos religiosos. A lógica dos propagandistas católicos. A guerra à escola neutra. O que é o ensino religioso. O ensino religioso das sciências. A concepção imaculada. Os milágres. Se esta acção desagradar aos católicos, estes que agradeçam ao dr. sr. Gonçalves Cerejeira”<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, carta enviada pelo semanário *Vida Nova* a Geraldino Brites. No inverso deste impresso encontra-se uma carta manuscrita de Geraldino que terá sido enviada para este jornal no qual agradece a atenção, mas onde afirma que se manterá fiel ao jornal *A Batalha* e que responderá ao insulto nas colunas deste órgão anarco-sindicalista.

<sup>51</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “Ensino religioso – A propósito de uma crítica”, *A Batalha*, n.º 2345, de 24 de julho de 1926, coluna 1.

<sup>52</sup> Ver nota 51, coluna 2.

Num tom sereno e até certo ponto provocatório inaugurava uma campanha contra a propaganda religiosa, dirigindo a sua luta a todos os proletários e a todos aqueles que olhavam com desprezo os dogmas religiosos e os seus principais pregadores, tal como ele próprio. Ignorando os ataques diretos de Gonçalves Cerejeira afirmava com ironia:

“A-pesar-de tudo alguma coisa há que tenho que agradecer ao dr. sr. Gonçalves Cerejeira. S. ex<sup>a</sup>. berrando aos quatro cantos dêste burgo a minha pobreza de espírito, garantiu-me um cantinho do céu, lugar a que não poderia aspirar quem não está disposto a sacrificar a sua razão. Ficarei bem longe de s. ex<sup>a</sup>. que, prosseguindo na sua senda de polemista, por demais apaixonado e cego pela ira, perante os mais insignificantes ataques dos mais modestos adversários das ideas que professa, se transviará lamentavelmente do caminho celeste”<sup>53</sup>.

Nos quatro artigos seguintes divulgados em *A Batalha* – “As ‘obscenidades’ em escritos religiosos” (30 de outubro), “Conceitos imorais em escritos religiosos” (31 de outubro), “Condenados às penas do inferno” (10 de novembro) e “Ontem e Hoje, o Anti-Clericalismo” (5 de dezembro) – Geraldino Brites enceta uma verdadeira luta intelectual contra o ensino religioso, evidenciando um forte sentido crítico em relação às sagradas escrituras. Incriminado de blasfemo e de escrever obscenidades (“o homem, se poderá dizer que tem a mania da porcaria...”<sup>54</sup> – Cerejeira) Geraldino retorquiu recorrendo a excertos extraídos da Bíblia que considerava estarem repletos de exemplos como o seguinte: “a *fornicatio* encontra-se expressa em João (VIII, 41), nos Actos dos Apostolos (II 20 e 21) no Deuteronomio (V, 18), etc., etc.” e conclui “concordemos que a *porcaria* vem já desde as mais recuadas raízes do cristianismo! Dir-se-ia que já o Espírito Santo quando ditou os versetos bíblicos, tinha a nossa mania”<sup>55</sup>. Noutro texto, e ainda a propósito das expressões imorais presentes em escritos religiosos, este republicano exclama: “Defendamo-nos da pornografia religiosa!”<sup>56</sup>. Os católicos, na opinião deste republicano, sofriram de crises fóbicas quando deparados com escritos anticlericais e, como tal, não estavam aptos para formular críticas conscientes e harmoniosas. Viviam do insulto e, por isso, “não fogem do fogo eterno”, restando aos não católicos chorar por aquelas

<sup>53</sup> Ver nota 51, coluna 2.

<sup>54</sup> Ver nota 46, fl. 1, coluna 3.

<sup>55</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “A propósito de uma crítica – As ‘obscenidades’ em escritos religiosos”, *A Batalha*, n.º 2428, 30/10/1926, coluna 2.

<sup>56</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “A propósito de uma crítica – Conceitos imorais em escritos religiosos”, *A Batalha*, n.º 2429, 31/10/1926, coluna 2.

“almas que já são do diabo!”<sup>57</sup> e que penitência alguma salvaria. Todavia, e por razões desconhecidas, Gonçalves Cerejeira não se voltaria a pronunciar sobre este assunto e a polémica em que ambos se envolveram terminou de forma célere. Ainda assim, esta polémica foi também marcadamente política, como não podia deixar de ser, uma vez que estes dois intelectuais se situavam em campos plenamente opostos no que a tal dizia respeito.

### Conclusão

Se se analisarem os seus principais traços psicológicos facilmente se percebe que Geraldino Brites era um homem de semblante sereno e que raras vezes perdia a calma (mesmo que confrontado com situações incómodas ou em momentos de discórdia intelectual). Vivía uma vida regrada e devota ao trabalho, mas sem nunca descurar a família. No entanto, não se abstinha de defender publicamente a sua posição – e a posição dos que lhe eram queridos – quando assim lhe era exigido. No fundo, era um homem do seu tempo com uma educação marcadamente humanista, liberal, democrata, laica e racionalista. Dois dos seus traços característicos eram o seu carácter enciclopedista – a ideia do sábio que ambiciona, através da acumulação de conhecimentos e de reflexões críticas, a transformação da sociedade a partir do uso da razão – e o seu carácter combativo – a rejeição do *status quo* imposto pelas chefias autoritárias e católicas. Expressões como “anticlericalismo”, “propaganda religiosa”, “meio social”, “sabedoria”, “crítica sã”, “educação racional” e “liberdade” eram frequentes no léxico de Geraldino Brites e configuravam uma forma de ser e de estar que se coadunava com os valores humanistas que este perfilhava.

Manteve-se, até ao fim, um republicano inveterado. No final de 1940 presenteou a sua neta com o clássico conto infantil *Romance da Raposa* (1924) – à semelhança do autor, Aquilino Ribeiro, que o havia escrito para o oferecer ao seu filho pelo natal. Na dedicatória escreveu com carinho: “À minha querida neta Maria Luís, ao findar o desastroso ano de 1940 e prestes a alvorecer cheio de esperanças o 1941”. Geraldino Brites – cientista português de relevo no panorama científico internacional do segundo quartel do século XX – não viveu o suficiente para ver o fim da guerra, a queda do regime ditatorial que tanto desprezava e o tão almejado alvorecer de uma república democrática.

---

<sup>57</sup> FMUC, IHE, Coleção de recortes de jornais de Geraldino Brites, “Condenados às penas do inferno”, *A Batalha*, n.º 2437, 10/10/1926, coluna 2.